

12) Quanto à não correspondência entre a contribuição patronal, retida e repassada dentro do exercício, entre os valores apresentados no Modelo 36 (R\$ 13.265.152,17) e o montante lançado no Balancete analítico (R\$ 44.130,14).

Em diligência aos processos de pagamento com a finalidade de esclarecer o apontado, verificou-se que o valor real devido é R\$ 39.367,87 e não o registrado no Balancete analítico correspondente a R\$ 44.130,14. Isto pode ser comprovado através dos Relatórios de Pagamentos mensais anexos que montam o valor real devido e pago de R\$ 39.367,87. Verificou-se, ainda, que o erro ocorreu no registro

conforme Razão Analítico anexo.

## CONSIDERAÇÕES

Ainda, quanto a análise evidenciada no ofício supracitado, esclarecemos o que segue:

**CONSIDERAÇÕES:** Quanto ao item 7.1

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
7.1	O Responsável pelo Setor Contábil atesta a regularidade dos itens constantes do Relatório?		X		17

NA – Não Aplicável

Informa que este item foi regularmente atendido no ato do envio da prestação de contas, constando o MODELO 04, no Processo nº 222603-2/22.

**CONSIDERAÇÕES:** Quanto ao item 13.3

### DEMONSTRATIVO REFERENTE AOS TERMOS DE PARCELAMENTO JUNTO AO RPPS

Número do Termo de Parcelamento	Data da Pactuação	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Devido No Exercício em Análise (R\$) (A)	Valor Recebido no Exercício em Análise(R\$) (B)	Valor que Deixou de Ser Repassado no Exercício (R\$) (C=A-B)
215/2011	30/06/2011	1.480.975,67	0,00	714.488,10	-714.488,10
361/2021	01/02/2021	29.131.020,10	0,00	1.657.677,21	-1.657.677,21

- Informa que o Termo de Parcelamento 215/2011, no valor de R\$ 714.488,10, foi **quitado** conforme recibo anexo.
- Informa que as parcelas do Termo de parcelamento 361/2021, **estão sendo pagas em dia e monta a importância de R\$ 3.812.952,29** (três milhões, oitocentos e doze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos) até a presente.

Seguem documentos comprobatórios.

**CONSIDERAÇÕES:** Quanto ao item 16

16- DO EXTRATO PREVIDENCIÁRIO E CERTIFICADO DE REGULARIDADEPREVIDENCIÁRIA					
QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
16.1	O município encontra-se em situação regular nos critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social?		X		28/29
16.2	O Certificado de Regularidade Previdenciária foi emitido sem decisão judicial?	X			28/29

Esclareço que a atual gestora assumiu a direção do Instituto de Previdência do Município de Mesquita no Exercício 2021 e o Extrato Previdenciário **contava com 08 (oito) irregularidades** que impediam a emissão do CRP. Neste sentido, informo que foram tomadas providências eficientes e foram saneadas 07 irregularidades, contando **atualmente com APENAS 01 IRREGULARIDADE**, a qual também já está em vias de regularizar, haja vista que as contribuições previdenciárias foram regularizados, dependendo de retificações nos DIPRs, que geraram inconsistências decorrentes do próprio sistema CADPREV (fato confessado e publicado pela própria Secretária de Previdência – doc anexo) e cuja análise depende da reestruturação a ser nomeada pelo atual Governo ainda em andamento. Sendo assim, resta comprovada a inequívoca boa-fé do Ente e deste RPPS que tomaram providências eficazes a regularizar o Extrato previdenciário e que a única irregularidade que obsta a emissão do CRP pende de retificações e análises pelo sistema da SPREV.

Seguem documentos comprobatórios – Extrato Previdenciário de quando assumi a gestão, em 2021 e atual; Informativo da SPREV).





**CONSIDERAÇÕES:** Quanto ao item 19.

### 19- DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
19.1	Foram adotadas medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto nº 10.188/2019, ou alterações posteriores?		X		30
19.2	O anexo 10 da Lei Federal 4.320/64 evidencia arrecadação a título de compensação previdenciária?		X		04
19.3	Há registro contábil dos direitos a receber e das obrigações apagar concernentes à compensação previdenciária no Balanço Patrimonial do RPPS?			X	

NA – Não Aplicável

Esclarece que no Relatório do controle Interno acostado aos autos (Processo nº 222603-2/22) foram remetidos documentos comprobatórios de que a atual gestão tomou providências eficazes com a finalidade de receber a compensação financeira a que este RPPS tem direito. Diligenciou e firmou Contrato com a SPREV e Termo de Adesão com a DATAPREV, conforme comprova Contrato anexo. Esclarece que, inclusive, o sistema já está operacionalizando e já há processos lançados para recebimento da compensação devida, conforme comprova planilha de controle anexa.

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
19.1	O Certificado de Regularidade Previdenciária não foi emitido em função de pendências nos critérios estabelecidos na Lei 9.717/98 (vide tópico 16), o que prejudica o recebimento da compensação financeira que o Instituto tem direito. Tal fato deverá ser considerado quando do julgamento das Contas.

INFORMO, para fins de apreciação quando do julgamento das Contas, quanto aos itens 16 e 19, foram comprovadas eficazes e ágeis providências pela atual



gestora, Sra Cátia da Silva Ferraz, que assumiu em 2021, repita-se, devendo ser considerado que para a regularidade dos critérios há fatores que dependem de outras secretarias e até mesmo da análise de órgão externos, o que demanda tempo. Ainda assim inúmeros critérios foram efetivamente regularizados, de suma importância para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial, demonstrando boa-fé, transparência e atos de boas práticas de gestão previdenciária.

## CONCLUSÃO

Desta forma, atendidos os tempestivos esclarecimentos e remetidos os documentos que comprovam que as atitudes tomadas estiveram albergadas pela transparência, boa-fé e respeitaram a legalidade dos atos, serve o presente, para requerer o processamento e acolhimento das informações e, entendendo a Egrégia Corte que alguma informação foi insuficiente, seja-nos comunicado e concedido prazo para complementá-las, por ser medida da mais lúdima e salutar justiça.

Mesquita, 12 de janeiro de 2023.

  
Cátia da Silva Ferraz  
Diretora Presidente  
Matricula 80.003

  
Cátia da Silva Ferraz  
DIRETORA PRESIDENTE  
MAT: 80.003